

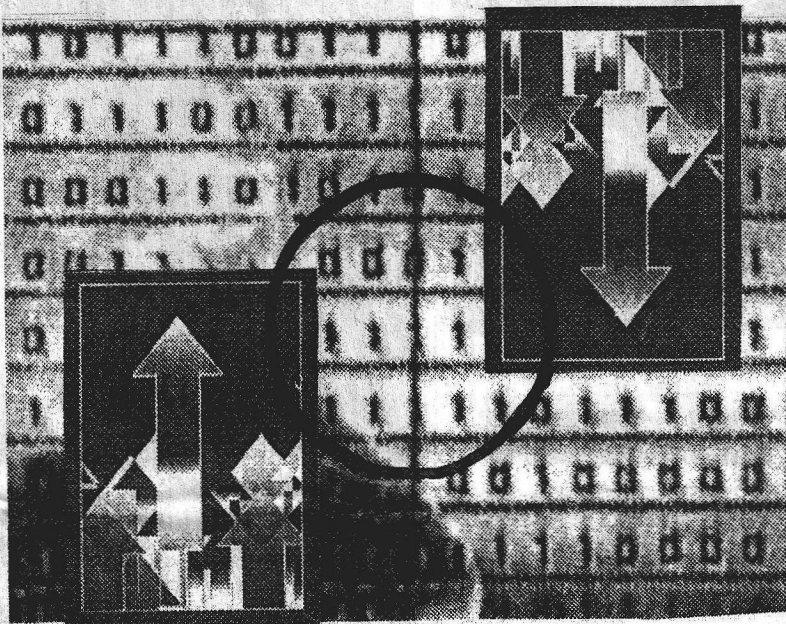
TURMA DO "JÁ PASSOU" ASSANHA-SE COM PLANOS DE GASTANÇA E MANTÉM PARALISADOS PROJETOS PARA REDUZIR DÉFICIT

SUELY CALDAS

É só a economia dar um sopro de alívio e reinstala-se no País um falso clima de euforia – o pior já passou, a crise foi embora, os motivos dela podem alongar-se sem problemas, o melhor é seguir a vida normal, aquela de sempre que o gestor público está habituado a viver –, esquecem-se dos rombos nas contas, ou melhor, vamos torná-las mais vermelhas, gastar, não pagar dívidas, porque o antecessor fez isso e o sucessor também o fará. Esse estilo irresponsável de gestão aplica-se a todos os segmentos da administração pública – governo federal, governadores, prefeitos, deputados, senadores, vereadores e Poder Judiciário. É claro, há exceções, mas tão raras que dão a sensação de que sempre serão exceções.

Foi recente e as dores (o desemprego é a maior delas) não passaram, mas eles já esqueceram como foi e continua crescente a depressão econômica que se seguiu aos ataques especulativos, depois das crises da Ásia e da Rússia. O Produto Interno Bruto (PIB) encolheu, o País ficou mais pobre, o desemprego aumentou, os juros subiram, as empresas faturaram menos, enfim, a qualidade de vida do brasileiro piorou. Em outubro de 97 a crise que veio da Ásia assustou e o dinheiro que vinha de fora secou. Em janeiro de 98 o fluxo de capitais foi retomado, o susto passou e tudo voltou ao que era antes. Meses depois, em agosto de 98, o terremoto da Rússia quase nos levou à moratória (confessou na CPI Demóstenes Madureira Pinho, ex-Banco Central) e a escassez foi mais longa – só sete meses depois o dinheiro de fora começou a pingar, ainda muito caro. Mas hoje

Itamar reafirma que Minas vive em situação de penúria, mas anuncia a cara compra de Furnas



eles apregoam: “O pior já passou” e voltam ao passado de sempre.

E por que razão o Brasil é tão vulnerável às tragédias que vêm de tão longe? O diagnóstico é antigo, mas nas duas crises ficou muitíssimo claro: o déficit do setor público, o desequilíbrio entre receita e despesas dos governos, tem sido crescente e, como não recua, cria a sensação de que o Brasil não terá condições de pagar suas dívidas.

Por isso, ao menor sinal de insegurança, o investidor estrangeiro retrai-se e o dinheiro escasseia. A dependência de capitais externos é explicada,

entre outras razões, pela ausência de poupança interna para financiar a economia. E para atrair o capital externo o governo mantém os juros nas alturas, paga taxas muito altas pelos seus papéis, fazendo crescer o déficit público. É um círculo vicioso, uma bola de neve, que faz do setor público um despoupador, um inesgotável sorvedor de recursos.

Pois bem. Há um mês, surpreen-

dentemente, os indicadores econômicos melhoraram, contrariando previsões catastróficas de todos os economistas. A inflação retrocedeu, o PIB reagiu – timidamente, mas reagiu –, o dólar mais cai do que sobe. A população respondeu admiravelmente bem à crise. Foi o bastante para a turma do “já passou” assanhar-se e voltar a atacar. O Congresso foi cuidar das CPIs deixando completamente paralisadas matérias da maior importância para reduzir o déficit fiscal. Deputados e senadores esqueceram da Reforma Tributária, Lei de Responsabilidade Fiscal, projetos que regulamentam a Reforma da Previdência. Os excessos de gastos do Poder Judiciário vêm sendo desvendados pela CPI. E são espantosos, escandalosos.

O presidente da República reuniu governadores e voltou a distribuir socorros, prometendo antecipar R\$ 800 milhões da Lei Kandir e recursos da privatização para constituírem fundos de previdência nos Estados e municípios. (Aqui um parêntese: se, na regulamentação, esses fundos não ficarem muito bem amarrados ao pagamento de aposentadorias, a po-

pulação dos Estados e municípios pode novamente ser chamada a pagar a conta, sem saber. Como aconteceu com os bancos estaduais, de onde governadores sacavam dinheiro, sem controle, para gastar livremente. Em qualquer coisa, mas principalmente no financiamento de campanhas eleitorais.)

A choradeira dos governadores começou no dia da posse. O tom mais dramático dela veio de Minas Gerais, onde o governador Itamar Franco decretou moratória porque, segundo justificou na época, não tinha dinheiro nem para comprar comida para presidiários. Hoje a moratória persiste, Itamar Franco continua afirmando que vive em situação de penúria, mas anuncia que o governo de Minas quer comprar a estatal Furnas Centrais Elétricas. Custa caro, viu governador! Ou seja, não há dinheiro para pagar dívidas, mas sobra para satisfazer caprichos ideológicos do governador. Parece enraizada na cultura dos políticos governantes brasileiros a idéia de que dívida foi feita para contrair, não para pagar. Novamente, exceções existem, mas infelizmente são contadas nos dedos.

A euforia falseada, forçada, sem razão, novamente tomou conta dos homens que administram dinheiro público. A vocação para gastar sobrepõe-se à necessidade de equilibrar, adequar receita e despesa. O Poder Legislativo fez sua escolha: fica com as câmeras de TV das CPIs (nada contra elas, só não podem é paralisar o Congresso) e a votação de leis que corrijam desequilíbrios fiscais que espere. Juízes continuam construindo – e superfaturando – obras faraônicas. As razões que alimentaram os dois últimos ataques contra o Brasil permanecem presentes e não há sinais de reversão. Será preciso um terceiro?